

UMA POSSÍVEL FORMA DE VALORIZAÇÃO LOCAL: a Educação Patrimonial para as comunidades do entorno do Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão em São João do Sóter-MA

Maykon Albuquerque Lacerda¹

Maria do Amparo Moura Alencar Rocha²

Artigo recebido em: 22/12/2021.

Artigo aceito em: 02/08/2022.

RESUMO:

Este artigo visa sugerir uma possível forma de valorização da área geográfica que compreende o Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão, no município de São João do Sóter-MA, a fim de se atribuir uma maior visibilidade sobre a potência patrimonial da Região dos Cocais que a compõe. Dessa forma, enseja-se uma educação patrimonial sotense em prol de instrumentalizar o conjunto de moradores rurais, pais, alunos e professores que residem no entorno do sítio, mediante sua dimensão patrimonial material e educativa existente, atrelado tanto à sua formação histórica, quanto à apropriação do local, como referência cultural e lugar de memórias.

PALAVRAS-CHAVE: Lajeiro do Escrivão; Educação Patrimonial; Referência Cultural.

A POSSIBLE FORM OF LOCAL VALORIZATION: Heritage Education for the surrounding communities of the Lajeiro do Escrivão Archeological Site in São João do Sóter-MA

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (PPGHIST/UEMA), na linha de pesquisa memórias e saberes históricos; Pós-graduando Lato Sensu (Especialização) em Ensino de História do Brasil: Cultura e Sociedade pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF); Graduado em Licenciatura Plena em História (UEMA); Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0842195663985561>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0895-0823>; E-mail: maykonalbuquerquelacerda@gmail.com. Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global - NEÁFRICA (UEMA/Campus Caxias).

² Doutoranda em História pela Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS); Mestre em Artes, Patrimônio e Museologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI); Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7586848020525141>; E-mail: amparomoura1@hotmail.com. Membro do Grupo de Pesquisa Nova Cartografia Social da Amazônia (GESEA); Membro do Comitê Editorial da Revista Latino-americana de História (RLAH); Coordenadora do Grupo de Pesquisa de Leitura e Transcrição dos documentos dos séculos XIX e XX, no Memorial da Balaiada em Caxias/MA.

ABSTRACT:

This article aims to suggest a possible way of valuing the geographic area that comprises the Lajeiro do Escrivão Archaeological Site, in the municipality of São João do Sóter-MA, in order to give more visibility to the potency of the heritage of the Cocais Region that makes it up. In this way, there is an opportunity for a heritage education from Sotense in favor of instrumentalizing the set of rural residents, parents, students and teachers who reside in the surroundings of the site, through its existing material and educational heritage dimension, linked to both its historical formation and the appropriation of the local, as a cultural reference and place of memories.

KEYWORDS: Lajeiro do Escrivão; Heritage Education; Cultural Reference.

1. Introdução

A princípio, este artigo visa oportunizar um espaço dialógico e reflexivo no que tange à amplitude do conhecimento histórico e interdisciplinar, bem como evidenciar a potência patrimonial e ambiental da Região dos Cocais, a fim de se sugerir uma possível forma de valorização patrimonial da área geográfica que compreende o Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão, pertencente ao município de São João do Sóter, a leste do Maranhão, em prol de assistir às comunidades rurais e escolares, entorno do sítio abordado.

Em termos metodológicos, partiu-se de uma pesquisa bibliográfica, de cunho qualitativo, através de revisão de literatura, com ênfase em Silva (2015), Mello; Viana (2013), Andrade (1987), Vieira (2017), Poulot (2009, 2013), Nora (1993), dentre outros, além de consultas em documentos oficiais, tais como os Dados Estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010, 2021), a Lei Ordinária nº 378, de 13 de janeiro de 1937 e a atual Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que trata do patrimônio, em sua natureza material e imaterial.

Dessa forma, é interessante perceber a importância da Educação Patrimonial, objetivando reconhecer a identidade e a memória coletiva para o conjunto de moradores rurais, pais, alunos e professores que residem no entorno do Lajeiro do Escrivão, e que podem ser instrumentalizados via processo educativo, na sua dimensão patrimonial e escolar ao se referenciar o sítio arqueológico como um

lugar de memórias, marcado por uma historicidade rupestre e uma diversidade paisagística, decorrente da fauna e flora abundante naquela espacialidade.

Assim, é imprescindível levantar-se a seguinte problemática: de que forma se pode sugerir uma possível valorização patrimonial e instrumentalização educativa aos moradores e agentes escolares, residentes nos povoados localizados próximos ao sítio Lajeiro do Escrivão em São João do Sóter-MA? Nesse sentido, buscou-se fomentar uma percepção identitária por parte desses sujeitos, em um espaço sertanejo, permeado por uma vegetação de palmáceas, denominada de Mata dos Cocais.

Dito isso, no primeiro momento, será contextualizado, brevemente, a formação histórica do município de São João do Sóter-MA e do Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão. Posteriormente, provocar-se-á um debate pertinente e teórico de conceitos-chaves, tais como: *Patrimônio, Educação Patrimonial, Museu e Memória*, ao mesmo tempo, ensejando a capacidade de valorização, preservação e difusão das memórias e dos bens culturais para a historicidade local e regional existente.

Em seguida, será sugerida uma intervenção em prol da valorização patrimonial, por meio da visita de campo ao sítio, visando aproximar os agentes escolares - alunos, professores e os moradores das comunidades locais, de suas referências culturais, especificamente projetada no Lajeiro do Escrivão. E este, por sua vez, está circunscrito em área rural do município diagnosticado.

2. Um breve histórico sobre a formação do município de São João do Sóter-MA

O atual município de São João do Sóter é oriundo das distintas correntes migratórias regionais em direção ao estado do Maranhão, iniciadas por volta de 1915, e que deram origem ao povoado de São João dos Poleiros (em homenagem a um de seus antigos habitantes, Zé dos Poleiros), formado como a maioria das pequenas localidades interioranas do estado, a partir da ocupação de terras sem donos.

Como destaque, no município em questão, pode-se ressaltar a família Campos Mendes, encabeçada pelo seu patriarca local, Mariano Campos, que se apropriou e legalizou a posse de terras que compuseram o povoado, gerando um potentado sob o mando de sua família, com traços e práticas coronelistas. Conseqüentemente, vindo a resultar na ascensão e posterior declínio do poder econômico e político de sua família, sob o comando de seus herdeiros, o casal Eugênia Campos e Sóter Mendes.

Assim, dado à espacialidade local, tem-se que:

São João dos Poleiros possuía poucas ruas, a avenida que era a Rua Grande, a Rua do Deserto, a Rua da Glória, que hoje é a Rua da Olaria, a Rua do Engenho Velho, conhecida por localizar o primeiro engenho criado por Maria Campos, hoje ela é conhecida por Rua Santa Maria. Todas as ruas eram cobertas de areia e as demais não eram exatamente ruas, apenas o que a população chamava de varedas, que eram caminhos bem estreitos abertos com facões ou foices que serviam para dar acesso de um lado a outro do local. Esses caminhos ou varedas eram limpos e conservados pela família Sóter Mendes (SILVA, 2015, p. 38).

É essencial esclarecer que após a morte de Mariano Campos, sua filha e herdeira Eugênia Campos, casou-se com o tropeiro Sóter Mendes, vindo a ser um casal de grande respeito e prestígio no povoado e que deram continuidade à fortuna de sua família, Campos Mendes. Para isso, manteve-se negócios lucrativos, referentes à comercialização de gêneros alimentícios, com destaque para o arroz, o algodão e o coco babaçu, pois a produção, circulação e consumo de mercadorias, partia da relação de monopólio econômico, exercido pela família Campos Mendes para com os moradores de suas terras; aspecto que se pode perceber na sequência abaixo:

Além de proprietário da terra Sóter Mendes também era o dono do único comércio do lugar, a loja. Há relatos que ele passou a permitir que alguns pequenos estabelecimentos funcionassem no local também, porém eram de pessoas bem próximas a ele, considerados como amigos, só que nenhum deles chegava a ser um grande concorrente para o maior comércio do lugar. Com Sóter Mendes, o comércio tornou-se o mais procurado da região, atraindo pessoas de outras localidades próximas,

inclusive proprietários de terras de outros povoados que desejavam comercializar seus produtos com Sóter Mendes (SILVA, 2015, p. 34).

Por isso, o desempenho econômico e rendável de Sóter Mendes, leva-o a industrializar São João dos Poleiros, com a geração de emprego e renda, a partir do canavial, a loja de José Mendes, o engelho pertencente a ele, bem como a casa de alvenaria e sua residência. No entanto, a falência da família Campos Mendes é consagrada pelo declínio de Sóter Mendes na contração de empréstimos vultosos no banco, fiação de clientes e, comerciantes da cidade mais próxima, Caxias. E essa dependência comercial chega ao ponto em que:

A importância econômica de São João dos Poleiros era tão evidente que, após o falecimento de Sóter Mendes e a não continuidade dos negócios da família por seu filho Carlitos Mendes, o abastecimento de alimentos em Caxias ficou prejudicado por algum tempo, devido à ausência dos produtos cultivados em São João dos Poleiros (SILVA, 2015, p. 36).

Nessa percepção, a formação cidadina de São João do Sóter é caracterizada pelo latifúndio e pelo patriarcalismo familiar, sendo impossibilitado o campesinato livre e autônomo. Pelo contrário, as práticas tecidas no povoado estavam atreladas exclusivamente ao poderio e laços consanguíneos daqueles que se fizeram politicamente e economicamente na região. Por consequência, o trabalhador sem-terra submeteu-se, circunstancialmente, à grande propriedade rural que em São João dos Poleiros exerceu:

[...] uma pressão a meia força que fundamentalmente não destrói o campesinato nem permite sua transformação, mas o mantém subordinado, continuando a extrair de várias formas um excedente dele, ao mesmo tempo em que controla a acumulação de sua própria camada superior. O campesinato não é destruído, mas é como que ‘confinado’ dentro dos limites de um espaço social dado (VELHO, 1979, p. 55).

Essa realidade decorre do processo de colonização com a concentração de terras nas mãos de poucos, somado ao sistema de patronagem, que “obriga a massa

trabalhadora a buscar ocupação e sustento junto a esses mesmos proprietários empregando-se a serviços deles” (PRADO JUNIOR, 2000, p. 06). Conseqüentemente, com o passar dos anos, a população aumentou e o povoado se desenvolveu entorno do poder exercido pelos Campos Mendes. Ao mesmo tempo tornaram-se os benfeitores, por exemplo, na construção da primeira escola, na década de 1960, que recebeu o nome de U.E.M Mariano Campos, uma homenagem feita por Sóter Mendes ao sogro falecido, Mariano Campos.

Outro feito marcante em todo esse processo histórico foi a construção de um pequeno posto de saúde, que recebeu o nome de uma das filhas do casal, Selmar Mendes (médica por formação), além da primeira igreja, levantada na década de 1970, intitulada: Igreja de São João Batista, padroeiro do antigo povoado/atual cidade, onde todos os anos, no mês de junho, tradicionalmente no dia 24, São João do Sóter festeja seu padroeiro.

Para além de proprietário da terra e comerciante, Sóter Mendes enveredou-se nos caminhos da política. Durante sua vida pública, elegeu-se como suplente por duas vezes e outra como titular, sendo “o primeiro para o mandato de 1955 a 1958, onde foi convocado para exercer o mandato e o segundo para o mandato de 1959 a 1962, também convocado para assumir o cargo. O último foi como titular, para o mandato de 1967 a 1970” (COUTINHO, 2005, p. 268-269).

Outro ponto essencial é que devido à ausência de policiamento e jurisdição local, Sóter Mendes mediava os conflitos entre os moradores de São João dos Poleiros, configurando-se em uma autoridade indiscutível, um verdadeiro coronel, pois ele ouvia as partes envolvidas e solucionava o problema. “Sóter Mendes como chefe local se considerava autoridade máxima no local, e não tinha sua ordem contrariada” (SILVA, 2015, p. 42).

Sequencialmente, no que se refere à emancipação política do local cabe destacar que:

[...] ainda em 1960 foi que começou a se pensar em tornar o povoado de São João dos Poleiros em cidade, quando as cidades de Gonçalves Dias em 1958, em 1962 Aldeias Altas e Governador Archer foram emancipadas, isso porque São João dos Poleiros era o maior povoado às margens da estrada, e mais transitável, já que era a principal via de acesso entre Caxias e outras cidades como Presidente Dutra, Bacabal e Imperatriz. Com a morte de Sóter Mendes foi seu filho Carlitos Mendes quem assumiu os negócios da família, assumindo também as dívidas deixadas por seu pai, que eram muitas, e para pagar as dívidas deixadas, Carlitos Mendes resolve vender São João [...] (SILVA, 2015, p. 43).

Nesse intervalo, após a iniciativa particular, por meio do envio de um ofício ao Ministério da Reforma Agrária, uma comissão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi designada a visitar São João dos Poleiros. Depois de 05 dias de visita ao local, o INCRA resolveu comprar São João dos Poleiros e vender seus lotes de terras para sua própria população. Um feito que foi possível devido:

Aos recursos do PROTERRA e do FUNTERRA, pelos quais o INCRA comprou 15 mil hectares de terra e vendeu para os trabalhadores que já residiam no local. Aproximadamente 600 famílias foram beneficiadas e o INCRA concedeu 06 anos de carência para pagarem, a partir de 1984, e mais 20 anos de prazo até terminar a carência. Nesse momento houve a mudança de moeda do cruzeiro para o cruzado e uma conta de 1.300,00 (um milhão e trezentos mil) cruzeiros ficou por 1.300 (mil e trezentos) cruzados, que mudou para o cruzado 2, e a conta ficou por 1 cruzado e 30 centavos o lote de terra, e quando chegou o real, o lote de terra do INCRA estava 0,3 centavos (SILVA, 2015, p. 44).

De acordo com Silva (2015), outro episódio que compõe a história do município de São João do Sóter refere-se à falta de energia elétrica do povoado, uma vez que através de um boicote de fornecimento, a comunidade de São João dos Poleiros, tomou a iniciativa em pensar no processo de emancipação do povoado, que à época era o maior do 3º distrito do município de Caxias-MA. Procedimentalmente, culminou-se com um plebiscito, ocorrido em 19 de junho de 1994, paralelo à fundação da Associação dos Moradores de São João dos Poleiros.

Em seguida, como resultado popular em parceria com o Legislativo Estadual, fora criado o município de São João do Sóter, sob a Lei de nº 6.157 de 10 de novembro de 1994, desmembrado do município de Caxias, que se encontra a 60 km de sua sede. A nomeação da cidade de São João do Sóter foi em homenagem ao ex-proprietário do local, o Sr. Sóter Mendes, uma espécie de coronel que desenvolveu o antigo povoado. E sua área territorial fora demarcada com cerca de 1.438,067 km², sendo localizado na região leste maranhense, composta por uma população equivalente a 17. 238 hab., segundo as estimativas do último censo do IBGE (2010).

3. O Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão e sua localização geográfica

No povoado Redondo, zona rural de São João do Sóter, com distância aproximada de 2 km de sua sede, encontra-se o sítio arqueológico Lajeiro do Escrivão, que se trata de um conjunto de formações rochosas, ou melhor, um lajeado arenítico, com cerca de 32,5 metros de comprimento e 3 metros de altura (SILVA, 2018). Isto é, um espaço arqueológico, cujo acesso é limitado pelos agentes naturais, em meio à vegetação típica da região sotense, a Mata dos Cocais.

Por sua vez, a Mata dos Cocais, acaba sendo descortinada por inscrições rupestres, gravadas nos sulcos dos paredões que formam o Lajeiro do Escrivão, pois de fato: “são testemunhos da realidade de um passado que se consumou” (CHOAY, 2006, p. 45). Contudo, a maioria dos símbolos entalhados nos paredões rochosos retratados ainda não foram decifrados pela Arqueologia. A imagem abaixo, retrata melhor essa descrição (Figura 1).

Figura 1. Inscrições rupestres no rochedo que compõe o Lajeiro do
Escrivão.



Fonte: Autoria Própria (2019).

Com isso, reitera-se que, dentre os bens que constituem o patrimônio material sotense, tem-se o Lajeiro do Escrivão que dispõe de vestígios da presença humana naquele espaço, diversificado pela abundante flora e fauna sertaneja (BARBOSA, 2018), frente à necessidade de se preservar um patrimônio em rocha sedimentar, à mercê do desgaste natural do tempo.

Em outras palavras, é importante mencionar que o território maranhense, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN (BRASIL, 2014), possui um riquíssimo e diversificado patrimônio arqueológico, composto por mais de 300 sítios conhecidos e distribuídos por inúmeras regiões do estado, com sua diversidade marcada pelas diferentes ocupações humanas, desde o litoral até o interior, sobretudo, no que tange à presença de povoadores antigos no espaço interiorano que corresponde à atual bacia hidrográfica do Itapecuru (um dos principais rios da Região dos Cocais/leste do estado do Maranhão).

No entanto, segundo *Bandeira et al.* (2020), até a atualidade:

[...] pouquíssimas referências sobre sítios arqueológicos e cavidades foram encontradas, denotando um desconhecimento quase total da bacia do Itapecuru em seu médio e alto curso, corroborando com a ausência de informações oficiais junto ao órgão de preservação do patrimônio arqueológico brasileiro (BANDEIRA *et al.*, 2020, p. 37.293).

Em virtude disso, oportuniza-se uma reflexão na qual o resgate da historicidade arqueológica do Lajeiro do Escrivão perpassa tanto em seus aspectos naturais quanto histórico-culturais. Assim, para melhor entendimento do que se sugerir em prol da valorização do patrimônio local, por exemplo, através da Educação Patrimonial (E.P), faz-se essencial uma discussão teórica e dialógica, ou melhor, uma análise dos seguintes conceitos-chaves: *Patrimônio, Educação Patrimonial, Museu e Memória*.

De fato, a discussão teórica é necessária a fim de subsidiar este trabalho e viabilizar algumas ações educativas, delineadas para sua possível e futura efetivação, visto que o arcabouço de experiências e, principalmente, o conjunto de saberes, carregados pelas comunidades escolares e rurais deve ser considerado ao longo do processo dinâmico de atribuição de sentidos e valores dado ao patrimônio e sua materialidade existente.

Figura 2. Localização de São João do Sóter no Maranhão.



Fonte: IBGE (2010).

Dando prosseguimento, ao se tratar da delimitação territorial, segundo o IBGE (2021), o município de São João do Sóter, limita-se ao norte, a leste e ao sul, com o município de Caxias; e a oeste com o município de Governador Eugênio Barros. Como se percebe, na imagem acima (Figura 2), no que se refere à localização

geográfica do espaço sotense, precisamente, a leste do estado do Maranhão, que por sua vez, integra o Nordeste Brasileiro.

4. Patrimônio, Educação Patrimonial, Museu e Memória: um diálogo reflexivo e possível

O tema do patrimônio histórico-cultural no ensino, pesquisa e extensão são interrelacionados, especialmente, ao voltar-se à aprendizagem histórica escolar, posto que se torna viável e relevante, ao referenciar bens culturais, como indicadores de histórias, memórias e identidades para determinados indivíduos ou grupos sociais.

Dessa maneira, tem-se como bem material de maior expressividade cultural na contemporaneidade, o patrimônio, cuja palavra etimologicamente: “[...] é originária do latim *patrimonium*, que deriva de *pater* (pai), do qual significado é herança ou propriedade paterna” (OLIVEIRA, 2008, p. 114). Com isso, a noção de patrimônio se relacionava com tudo aquilo que era deixado pelo pai e transmitido aos filhos e, hoje com sua amplitude conceitual, é visto como uma herança cultural que se configura a um legado valorativo para as futuras gerações.

Daí emerge-se a necessidade da inserção do patrimônio no processo educativo, que está “entre as atividades mais elementares e necessárias da sociedade humana, que jamais permanece tal qual é”. (ARENDDT, 1988, p. 234), visto que o ideal conceitual de patrimônio varia temporalmente e espacialmente, pois:

Essa constatação expressa a complexidade que envolve a problemática dos diferentes usos do patrimônio, por um lado, como mecanismo político de legitimação e perpetuação ideológica de grupos específicos, e por outro, como objeto de sensibilização – passível de desconstrução e reconstrução – no ensino da História Escolar (MELLO; VIANA, 2013, p. 51).

Ou seja, as disputas no que tange à seleção, nomeação e reconhecimento de artefatos materiais, por exemplo, são oriundas das forças e relações de poder,

tecidas litigiosamente pelos sujeitos ou grupos dominantes, haja vista a monopolização da cultura por determinadas sociedades, em função de suas finalidades próprias, tais como posição social e *status quo*. Ou melhor dizendo, “os bens patrimoniais são definidos a partir das crenças, valores e interesses dos diferentes grupos sociais que, em sua permanente tensão, interagem influenciando-se reciprocamente” (MELLO; VIANA, 2013, p. 52).

Logo, esse pressuposto leva-nos a compreender que a cultura e a política se apresentam em íntima relação. E isso se torna mais evidente pela demanda cada vez maior, na construção de patrimônios, que conseqüentemente implica no surgimento de uma nova cultura histórica, ou melhor, uma nova concepção temporal, atribuída ao caráter valorativo e subjetivo do objeto cultural/patrimonial.

Assim, essa subjetividade desdobra-se pela particularidade reflexiva e análise histórica do patrimônio, uma vez que nas palavras de Poulot (2009, p. 10), “o próprio patrimônio determina as condições concretas de sua abordagem, comunicação e controle”, no sentido, de ser alvo dos lugares de conflitos, seja de instituições, ou de governos, através de suas práticas, discursos e apropriações.

Diante desses aspectos, a viabilidade do uso do patrimônio histórico e cultural – de uma educação patrimonial, na pesquisa e no ensino de História, consiste em seus resultados significativos na constituição e afirmação de identidades, bem como sua carga intencional e dupla no ensino de História escolar. Isso simultaneamente implica a reflexão da praticidade da Educação Patrimonial, compreendida da seguinte forma:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados. O trabalho da Educação Patrimonial busca levar às crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num

processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; QUEIROZ, 1999, p. 05).

De acordo com o exposto acima, percebe-se o dinamismo da Educação Patrimonial, considerando-se os processos educativos que se desenvolvem nos espaços formais, como a escola. Logo, a E.P trata-se tanto de um instrumento metodológico quanto de uma prática educativa, aplicável adequadamente para a compreensão sócio-histórica de determinadas referências culturais.

Diante disso, descortina-se o arcabouço patrimoniável brasileiro relacionado ao conceito de Educação Patrimonial, utilizado atualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, a saber:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. (BRASIL, IPHAN, s.d.).

Para além desses aspectos, segundo o pensamento de Vygotsky (1998), a Educação Patrimonial numa perspectiva pedagógica, torna-se decorrente de distintos contextos socioculturais, dos sujeitos no espaço-tempo, simultâneo às conjunturas educativas, que contribuem para a forma de pensar em si próprio e no mundo onde está inserido. Assim, ações educativas para o patrimônio cultural devem ser pensadas como ações mediadoras, que busquem contribuir para a formação e para a afirmação dos sujeitos em seus mundos e em suas culturas, de cunho interacionista, enquanto uma construção coletiva.

Consequentemente, esse ensejo capacita-nos para a geração de um projeto preservacionista mais participativo, interdisciplinar e dialógico, sendo que:

Cada vez mais torna-se necessária uma ação educativa que tenha como referencial o patrimônio cultural, considerando o seu rico processo de construção e reconstrução. Sendo assim, as atividades pedagógicas deverão buscar, por meio de uma ação integrada com a comunidade, a qualificação do 'fazer cultural' local, buscando inseri-lo nos contextos nacional e internacional. (SANTOS, 2008, p. 23).

Ademais, cabe ressaltar que, durante muito tempo no Brasil, por conta de construções discursivas e apostas políticas, o patrimônio, conceitualmente, só era tido enquanto bens relacionados aos grandes feitos históricos, ou, ainda, a construções que remetiam a um segmento social privilegiado (às elites), de origem branca e cristã-católica. Com isso, essa postura acabou sendo atribuída a uma legitimação e reconhecimento oficial por parte do Estado, no tocante a determinados bens materiais, relegando de forma secundária as manifestações culturais, de cunho popular, sendo essas valorizadas somente em momentos mais recentes da nossa história.

No caso do sítio arqueológico Lajeiro do Escrivão, através da E.P, pode-se subsidiar elementos que possibilitem a identificação e percepção daquele espaço cultural por parte de sua população local. Uma população, que provida de capacitação adequada, terá condições suficientes para protagonizar atos de solidariedade, imbuídos de autonomia cultural e valores indispensáveis à vida cidadã. Sendo assim:

Os usos do patrimônio no ensino e aprendizagem de História se fazem, simultaneamente, por meio de um triplo movimento: o de construção, desconstrução e reconstrução. No primeiro caso, trata-se da atribuição de sentido para a trajetória de indivíduos e grupos, constituindo identidades orientadoras que funcionam como mecanismo de acesso à percepção de si mesmo enquanto sujeito ativo da história. No segundo, a apreensão da existência de outras possibilidades, igualmente legítimas, de criação cultural, embora, nem sempre apresentadas na forma de narrativas históricas com o mesmo grau de sentido e adesão. Já no terceiro, verifica-se a interseção entre elementos intrínsecos ao código cultural e outros externamente adquiridos, surgindo, a partir de então, algo novo e original num processo sempre dinâmico de criação (MELLO; VIANA, 2013, p. 57-58).

Logo, a partir do fragmento ora mencionado, reitera-se que os saberes produzidos e seus usos sociais são elementos norteadores para determinados grupos sociais, étnicos e comunitários na identificação e valorização de seu patrimônio histórico e cultural. Isso nos remete aquilo que está descrito no texto redacional que compõe a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, cujo conteúdo amplia o conceito de Patrimônio Cultural, na medida em que passou a incluir, a saber:

Art. 216. I – As formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Como resultado, essa amplitude no tocante à legislação vigente nos infere a reconhecer patrimônios materiais e imateriais de grupos até então negligenciados em sua bagagem cultural, de forma a oportunizar suas aplicações, de cunho dimensional, seja micro ou macro, com o fim de dirimir as desigualdades ainda fortemente presentes na sociedade brasileira.

Nesse sentido, a política preservacionista relativa ao patrimônio histórico e artístico nacional surgiu intrinsecamente à constituição de um aparato legislativo. De modo específico, reporta-se à Lei Ordinária nº 378, de 13 de janeiro de 1937, com a qual fora criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), destacando-se, assim: “Art. 46º - com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, p. 01).

Sendo assim, no contexto do Estado Novo (1937-1945), o Presidente Getúlio Vargas sistematizou e efetivou a patrimonialização de bens materiais, sobretudo, de cidades históricas brasileiras, oriundas da tradição portuguesa (a

exemplo de Ouro Preto-MG, Olinda-PE e São Miguel das Missões –RS). Estas sendo subsidiadas pelo antigo Sphan (atual Iphan), como dispositivo de resgate da perda patrimonial brasileira, a partir do desaparecimento, dispersão e destruição da materialidade existente, visto que:

[...] o fator principal no processo de desaparecimento do patrimônio histórico e artístico nacional é a ‘indiferença da população’ em relação à importância da defesa e preservação desse patrimônio. Indiferença, partilhada não apenas pelas massas pouco esclarecidas da população brasileira, mas, igualmente, pelas classes mais favorecidas e que se presumem ‘cultas’ (ANDRADE, 1987, p. 182).

Por isso, paralelo à consolidação e expansão dessa política de patrimonialização oportuniza-se outro debate pertinente sobre a institucionalização dos museus e da museologia no Brasil, ocorrida no Oitocentismo, tendo em vista, que esta institucionalização museológica antecede a criação de um instrumento legal ou projeto estatal, para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Porém, é essencial levantar-se, em termos etimológicos, que:

O vocábulo ‘Museu’ decorre da palavra grega *mouseion*, adaptado para o latim *musaeum*, que se referia ao lugar onde as divindades gregas habitavam, em outras palavras, o ‘templo das Musas’. Espaço, segundo a mitologia grega, em que as musas, filhas de Zeus com Mnemosine, divindade da memória, possuíam obras de arte expostas que auxiliariam, conjuntamente às suas danças, músicas e narrativas [...]. É importante ressaltar, que os museus modernos em comparação a essa composição inicial mitológica emprestam a mesma denominação (VIEIRA, 2017, p. 141-142).

Nesse contexto, conforme Poulot (2013), a origem dos museus remete ao viés grego, de “templo das Musas”. Contudo, levando-se em conta uma visão lírica, que foi ressignificada com as alterações feitas no espaço-tempo na atualidade, através do Conselho Internacional de Museus (ICOM), organização não-governamental, responsável pela gestação de políticas internacionais para os museus, ao definir que:

[...] O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, preserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio, com fins de educação, estudo e deleite (ICOM, 2007, apud DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 65).

Com isso, através do conceito de museu, pode-se vinculá-lo ao processo de museologia, pois é possível reconstituir contextos sociais, econômicos, políticos, culturais, dentre outros. Logo, o espaço museal detém de repletas tradições e, contradições, costuradas entre os agentes envolvidos na sua constituição, consolidação e propagação.

Nesse ínterim, as relações e forças de poder acabam sendo tensionadas por distintos grupos sociais, que passam a materializar suas memórias, por meio da construção de lugares de memórias (museus, monumentos oficiais, datas e personagens históricos). No entanto, reitera-se que as memórias, selecionadas e coercitivas são produzidas e oficializadas em constantes campos de disputas no processo de historicidade material, de modo que:

Os lugares de Memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso que a defesa pelas minorias de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados, nada mais faz do que levantar à incandescência, à verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1993, p. 07-28).

A exemplo do lugar de memórias tem-se, abundantemente, o Lajeiro do Escrivão, tanto pela sua diversidade ambiental/físico-natural, quanto pelo repertório arqueológico que o carrega, em seus vestígios de presença humana. Um apanhado e marco histórico, que se pode tornar acessível e transmissível, por meio da E.P, de forma a contemplar as comunidades rurais e a própria cidade de São João do Sóter, como um todo.

Mediante o exposto, pode-se alcançar a alfabetização cultural em massa de diferentes grupos populacionais, tais como: moradores rurais e agentes escolares, que residem nas proximidades do sítio, ou seja, alunos e professores, pensando numa dimensão pedagógica e histórico escolar. Nessa perspectiva, o discurso expositivo é uma construção processual, em que “saber ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47).

Dessa maneira, a importância de se registrar manifestações rupestres, por exemplo, compreende-se na guarda desse material para as gerações futuras, tendo como proposta de intervenção a Educação Patrimonial (E.P) como um mecanismo metodológico de capacitação dos agentes residentes entorno do sítio, especificamente as comunidades rurais e escolares.

5. Considerações finais

Em suma, uma das possibilidades de valorização do patrimônio arqueológico da Região dos Cocais, através da Educação Patrimonial no território sertanejo do Lajeiro do Escrivão, pode ser alcançada por meio do planejamento de visita *in loco*, de modo a apresentar os aspectos que compõem o sítio aos indivíduos que residem próximo ao Lajeiro do Escrivão e que atuam no povoado Redondo.

Nesse sentido, a identificação e reconhecimento do espaço sertanejo em foco, atrelado a sua formação histórica, proporcionará uma curta formação dos participantes, concernente à apropriação do local como referência cultural e lugar de memórias daquela coletividade rural.

Portanto, a partir da visita, compreensão e apoderamento identitário, poderá ser ofertado uma capacitação técnica e educacional em uma das escolas do povoado Redondo, direcionada aos sujeitos envolvidos, sobretudo, por meio da produção de roteiros turísticos, economicamente sustentáveis, por parte dos agentes

comunitários locais (alunos, professores, moradores rurais), visando explorar os elementos patrimoniais materiais da Região dos Cocais.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mário de. **Rodrigo e o Sphan**: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

ARENDDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1988.

BANDEIRA, Arkley Marques *et al.* Ocorrência de Sítios com Registros Rupestres na Bacia do Rio Itapecuru, Estado do Maranhão: Distribuição Espacial e Potencial para as Pesquisas Arqueológicas. **International Journal of Development Research**. Raipur, Índia, v. 10, ed. 06, p. 37.289-37.299, jun. 2020. Disponível em: <<http://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/19143.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BARBOSA, Caio. Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão. **Blog Sincotur-sjs**. São João do Sóter, fev. 2018. Disponível em: <<http://sincotur-sjs.blogspot.com/2018/02/sitio-arqueologico-lajeiro-do-escrivao.html>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 jun. 2021.

BRASIL. Lei Ordinária nº 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, DF, n. 12, p. 1.210-1.220, 15 jan. 1937. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-39-8059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. IPHAN/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação patrimonial**. [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343/>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Patrimônio Arqueológico- MA**. 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/548/>>. Acesso em: 19 jan. 2021.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 5ª. ed. São Paulo: Estação da Liberdade; Editora da UNESP, 2006.

COUTINHO, Milson. **Caxias das Aldeias Altas: subsídios para a história**. 2ª. ed. São Luís: Prefeitura Municipal de Caxias, 2005.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-joao-do-soter/panorama>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

IBGE. **Cidades**. 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-joao-do-soter/historico>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Museu Imperial, 1999.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de; VIANA, Iamara da Silva. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: diálogos. **Revista Encontros**, Rio de Janeiro, vol. 11, n. 20, p. 49-62, 1º semestre de 2013. Disponível em: <<https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/327/268>>. Acesso em: 19 jun. 2021.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História (Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História/Departamento de História, PUC-SP), São Paulo, v.10, p.7-28, 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária no Brasil**. 5ª ed. São Paulo: Brasileiro, 2000.

SANTOS, Maria C. T. M. **Encontros museológicos:** reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008. (Coleção Museu, Memória e Cidadania, 4).

SILVA, Denis. Instituto Federal do Maranhão discute projetos voltados ao Sítio Arqueológico Lajeiro do Escrivão. **Blog noticiando.** Caxias, 22 out. 2018. Disponível em: <<https://noticiando2018.wordpress.com/2018/10/22/instituto-federal-do-maranhao-discute-projetos-voltados-ao-sitio-arqueologico-lajeiro-do-escrivao/>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SILVA, Luzineide Régis da. **Capturando falas, (Re)compondo Memórias:** o processo de emancipação política de São João do Sóter -MA entre as décadas de 1980 a 2000. 66 f. (Monografia) – História, Universidade Estadual do Maranhão, 2015.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato.** 2^a ed. São Paulo: DIFIL, 1979.

VIEIRA, Guilherme Lopes. **O museu como lugar de memória:** o conceito em uma perspectiva histórica. Mosaico, São Paulo, vol. 8, n. 12, 2017, p. 140-162.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.